

## NOTAS EM TORNO DAS ORIGENS DA TRADIÇÃO DO MÉTODO\*

José dos Reis Santos Filho\*\*

*Que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta, como quem não se lbe dá da vizinha fronteira, nem do inspetor de quarteirão.*

Brás Cubas, Machado de Assis

Avaliada de forma preliminar, a seção que remeteria ao método sociológico é surpreendentemente pobre em não poucos projetos de pesquisa. Na verdade, o que nos é mostrado com ênfase privilegiada nos clássicos, nos capítulos sobre o Método, é que o grande investimento realizado por eles nessa rubrica de importância estratégica para a instituição das ciências do social, tem sido reduzido com frequência alarmante à idéia de “procedimentos metodológicos”. Em concreto, sob esse tópico, são listados 1) o “levantamento bibliográfico pertinente ao tema”; 2) o anúncio de que, “em seguida, será realizada a “leitura” e/ou “revisão” e/ou “fichamentos” da bibliografia selecionada; 3) o estabelecimento de “discussões com o orientador”; e 4) a informação que esclarece a necessidade de “uma análise avaliativa” do caso escolhido, algo

---

\* Trata-se de um artigo resultante de uma investigação em andamento. A rigor, os primeiros resultados da pesquisa *A imaginação sociológica clássica e o método* tornaram-se conteúdo dos cursos que, entre os anos de 1993 e 1996, em nome do Departamento de Sociologia da FCL/Unesp/Car., este autor ofereceu aos alunos da disciplina *Métodos e Técnicas de Pesquisa I* do Curso de Ciências Sociais.

\*\* Professor do Departamento de Sociologia, FCL/Unesp/Car. E-mail:reis@fclar.unesp.br.

que pode tomar como forma a idéia da “realização sistemática da análise dos dados relativos ao tema da pesquisa”. Não raro, tais seções são ilustradas por definições que teriam como função esclarecer o entendimento sobre os passos a serem adotados na pesquisa. Assim, em uma situação concreta, o que quer que isso signifique, uma aluna nos informa que “o método avaliativo será resultado da junção do estudo teórico da bibliografia pertinente e da análise” do objeto em questão.

Certo, no nível do assombro, é muito o que pode ser dito sobre o assunto. Em relação aos exemplos particulares, seríamos levados quase que automaticamente ao estereótipo do “mau aluno”, do “mau orientador”. É, como muitas outras, uma linha de hipóteses que não pode ser descartada. Não nos parece, entretanto, uma via adequada. Abriria terreno para um subjetivismo de difícil controle, uma situação na qual correríamos o risco de instituição de um ponto fixo da verdade, de julgamentos de valor que devem ser evitados. Ao contrário, no limite de um artigo, parece prudente estabelecer as questões e as concepções que a tradição sugeriu como método na prática que se identifica como científica. É o caminho para o estabelecimento de uma reflexão pertinente sobre o tema.

### **Uma concepção insuficiente**

Um primeiro momento de crítica a essa concepção deveria superar a simples constatação da diferença com aquilo que os clássicos eventualmente disseram. Em uma outra oportunidade, voltaremos a isso. Aqui, convém notar, em primeiro lugar, que estamos lidando com um fato que escapa das fronteiras daquilo que, seguindo Khun, poderia ser chamado de “ciência normal”.

Lembremos que, sob esse nome, deveríamos entender, a julgar pelas discussões que o autor faz sobre as ciências da natureza, uma forma consuetudinária de interpretar a realidade social, foco do olhar especializado da Sociologia. Coerentemente, em qualquer relação com esse objeto, certos (pré) conceitos já

estariam atuantes, ajustando o universo de pesquisa a um leque de concepções teóricas reconhecidas como adequadas por uma comunidade científica. A ciência normal, aquela que eventualmente se manifestaria também em projetos de estudantes que são orientados por profissionais do ofício e/ou lidam com manuais, teria, nessa linha de argumentação, a preocupação básica de submissão dos fenômenos sociais a esquemas conceituais previamente estabelecidos (Khun, 1978). Ocorre que, se o método, no contexto de um *corpus* teórico, é forma de aproximação ao social - assumamos isso preliminarmente -, nos procedimentos que discutimos, nem sequer uma visão pré-moldada da realidade está presente. De fato, eles permanecem *aquém* dos requerimentos daquilo que poderia ser chamado ciência normal em Sociologia. Estão *aquém* do que é expresso pelos veículos mais significativos da ciência normal: os manuais.

Na verdade, não é difícil localizar nos livros didáticos a expressão “procedimentos metodológicos”. Afinal, no nível das aparências, aquilo que registramos nos parágrafos acima atenderia, como uma das “grandes fases da pesquisa”, ao reivindicado pelos modelos de maior acesso ao público universitário. Conforme um deles, nessa fase de delineamento do projeto, interessa que o pesquisador indique, “da melhor maneira possível, *como* vai realizar a pesquisa” (Abramo, 1988, p. 45). Ocorre que o que localizamos com frequência preocupante são versões abusivamente desvirtuadas de tudo o que esses autores chamam, já simplificadamente, de procedimentos de coleta de dados e procedimentos de análise e interpretação dos dados. Ainda que seguíssemos exclusivamente os passos dos manuais, dificilmente chegaríamos a uma banalização tão flagrante.

Mas a localização de um fosso entre uma compreensão do que seja a ciência normal e aquelas proposições e, mesmo, entre elas e os manuais não é, por definição, critério suficiente de crítica. Não apenas pelo formalismo que pode estar implícito na comparação ou, mesmo, pelas eventuais insuficiências dessa literatura. No que há de fundamental, a preocupação procede

porque a referência de análise de tais projetos remete a algumas perguntas básicas. Podemos dizer que os procedimentos lá propostos são as operações elementares reivindicadas como condição para a descrição e a explicação científicas da realidade? Atenderiam eles à necessidade de reproduzir os aspectos essenciais dos fatos ou fenômenos investigados? São competentes para a obtenção, a seleção e a coleta desses fatos ou fenômenos em totalidades coerentes? São, todas, indagações que insinuam pelo menos parte das condições de possibilidade da *reconstrução da realidade nas ciências sociais* (Fernandes, 1958, p. 115). E, para cada uma delas, os procedimentos metodológicos acima descritos ficam a dever. Se, para submeter à ciência uma ordem de fenômenos, não basta sequer, como nos dizem os clássicos, observá-los com cuidado, descrevê-los, classificá-los, mas impõe-se trabalhá-los a partir de princípios de cientificidade, considerá-los à luz de categorias que são, por definição, históricas, visualizá-los em relação a tipos possíveis de construção, só pode ser questionável uma proposta que se apresente nos termos que denunciamos.

No entanto, mesmo que assumamos tal avaliação, ao investir em uma reflexão no terreno dos chamados *métodos em ciências sociais*, alguns cuidados são necessários. Tomada como tal, é um campo de estudos na qual o leque de questões objeto de debates é extraordinário. É um campo cuja natureza está marcada pelas próprias condições de origem da Sociologia.

### **Elementos de uma ruptura**

Naquilo que nos diz respeito mais de perto, não são poucos os historiadores que entendem como sinal de ruptura entre a Filosofia social e a Sociologia, um conhecimento propriamente científico realizado a partir do modelo das ciências da natureza. Esse conhecimento deveria dar aos homens a matriz de sua sociedade ou de sua história, da mesma forma como a Física e a Química lhes haviam dado a matriz das forças naturais (Aron, 1969, p. 17). Em resumo, através de mecanismos que não cabe

descrever aqui, é indubitável que, ao sedimentar seus sucessos, as ciências da natureza assumiram o papel de modelo para qualquer investimento que se propusesse como ciência. Enquanto tal, alguns de seus elementos foram transformados em tópicos sem os quais a impossibilidade do fazer científico está dada. É significativo que o próprio ato de negá-los ou questioná-los tenha implicado (des) qualificá-los em nome do que há de *sui generis* na especificidade do projeto das Ciências Sociais.

Considerada essa influência, não é difícil concluir pela existência de um núcleo de imagens que define por sua **intenção de cientificidade** a reflexão sobre o social instituída no século XIX. É esse **o foco do imaginário construído sobre o momento de instituição da Sociologia**. É, na verdade, a transformação do escopo das ciências da natureza, apesar de todas as afirmações sobre a autonomia específica do fazer sociológico, em prova de legitimidade. É um investimento que influenciará em parte decisiva o fazer sociológico. É o que obriga um inventário das referências normalmente aceitas como características dos movimentos científicos iniciados no século XVI e XVII.

Sem a pretensão de esgotá-las, a primeira a ser notada, ainda em um terreno de afirmação sobre o caráter do empreendimento científico, é a distinção entre o *ser* e o *dever ser*. Fundada sobre a expectativa dessa separação, a ciência da natureza procuraria nos fatos “uma verdade universal que a diversidade e a relatividade do mundo hierárquico de valores parecem totalmente incapazes de atingir” (Dupuy, 1987, p. 14). Em um outro nível, estão aqueles elementos que se tornaram de uso comum na própria prática das ciências. Assim, a *experiência* torna-se momento fundamental para a descoberta dos segredos da natureza. No século XVI ela já tem reconhecida sua importância, no século XVII tem seu estatuto definido e no século XVIII é transformada em peça chave do processo de conhecimento. Em um terceiro conjunto de preocupações, está a identificação das *leis* invariáveis que afetam o funcionamento do natural. Finalmente, o *método* é aclamado como instrumento capaz

de não só articular a realização de cada uma daquelas dimensões, mas também como o empreendimento que, por excelência, contribui para alcançar a verdade. É, desde a compreensão cartesiana, o caminho que, trilhado pela *razão*, torna possível a *procura da verdade*.

Observados, tanto Comte como Marx “escreveram na sombra dos triunfos da ciência natural” (Giddens, 1978, p. 11). Não por acaso, em Comte, o positivo são os fatos da observação. Em Marx, as metáforas falam por elas mesmas: a forma valor da mercadoria é a forma célula econômica. A sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo... Se isso não bastasse, a comparação é eloqüente:

o físico ou observa o fenômeno físico no qual ele ocorre em sua forma mais típica e mais livre de influência perturbadora ou, sempre que possível, realiza experimentos sob condições que assegurem a ocorrência do fenômeno em sua normalidade. Neste trabalho eu tenho que examinar o modo de produção capitalista e as condições de produção e troca correspondentes àquele modo. Até agora, o terreno clássico é a Inglaterra. Esta é a razão porque a Inglaterra é usada como principal ilustração no desenvolvimento de minhas idéias teóricas. (Marx, s.d., p 13)

Cada um à sua maneira, os clássicos partilhavam do otimismo no papel de uma forma de pensamento sobre o social que pudesse clamar pela comunicação intersubjetiva isenta dos ruídos do juízo de valor. Ainda assim, Pareto afirmava ser a Sociologia ainda em grande parte metafísica. Diagnosticava a existência, em seu bojo, de princípios e argumentações que transcendiam a experiência. Defendia, então, uma Sociologia exclusivamente experimental (Pareto, 1980, p. 282 - 285). É explícito também, aliás, o esforço com que Durkheim procura adaptar para a Sociologia a idéia de experiência. Não por coincidência, urgia, em sua compreensão, considerar e estudar os

fenômenos do mundo dos homens como objetos neutros, governados por leis universalmente válidas. Em todo caso, em Marx, como em Durkheim e Weber, a possibilidade do estabelecimento de certas generalizações em torno do funcionamento da sociedade era objeto de busca. Também de alguma forma, cada uma dessas idéias mantém um certo tipo de relação com a discussão sobre o método. São sinais de que, ao lado de não poucas declarações, tornam possível afirmar que aquelas presenças constituem, certamente, um grupo de elementos que interpelam de forma significativa a consciência dos fundadores.

Considerada a perspectiva de nossa reflexão, o que significam essas presenças constitutivas da intencionalidade científica da Sociologia? Nossa hipótese fundamental reivindica um duplo enquadramento. O primeiro, que terminamos de estabelecer, supõe o *reconhecimento consensualmente aceito pelo senso comum sociológico de uma interpelação que parte do escopo das ciências da natureza e remete à força das imagens em torno do significado do fazer ciência*. O segundo, de outra envergadura, sugere a *inserção do saber sociológico - através da mediação das ciências da natureza e de todo um grupo de elementos herdados da filosofia - em uma tradição sobre a teoria do conhecimento que remete à antiguidade grega*. Sobre isso, de fundamental importância para uma discussão em torno do método, algumas palavras.

### **A matriz filosófica**

Uma incursão ao tema do método, ainda que dentro dos limites deste artigo, obriga sinalizar a existência de uma tradição no campo da teoria do conhecimento. Talvez seja possível falarmos da presença de um modelo que se manifesta de forma reiterada e que remonta a Platão. Há mais de dois mil anos atrás, a constituição da Ciência é pensada como o caminho do verdadeiro conhecimento, do conhecimento da Verdade. É certo que entre a ciência de hoje e a de Platão há uma distância mais que equivalente

à do tempo que passou entre uma e outra. Não obstante as diferenças, em ambos os casos o objetivo é um só: reduzir a horizontalidade dos acontecimentos à verticalidade do conhecimento. Em Platão, a perseguição da universalidade do conhecimento estava lá como está aqui, entre as ciências. Nesse quadro, a primeira característica que podemos apontar no platonismo é essa valorização da verticalidade, sobre cujo eixo vai se processar a chamada “dialética ascendente”, aquela que nos remeterá da particularidade sensível à universalidade das essências (Garcia-Roza, 1983, p. 10).

Fixemo-nos, por alguns instantes, nessa contraposição entre o nível do acontecimento e o nível do conhecimento. Não é exagero falar em *níveis*. A tradição fez com que, implícita ou explicitamente, fosse admitida a superioridade de um frente ao outro. Um é capaz de ascensão, o outro, não. Mais que isso, o movimento de *ascensão* é um movimento de *redução*. Do plano horizontal ao vertical, um processo de modificação, em que, certamente, não é preservada a forma e, mesmo, a natureza plena do habitante do mundo horizontal. Afinal, um deles é ponto a partir do qual a verdade do outro é estabelecida. Trata-se de um procedimento que recusa o particular em detrimento do universal, que abandona o sensível em nome das essências. Sob um outro aspecto, anuncia-se a passagem do reino do caos, do transitório, para o reino da ordem, do perene. É uma caracterização aplicável ao mundo natural, é certo, mas também ao mundo dos homens.

E, no entanto, é uma reflexão que já vinha sendo gerada há muito tempo, pelos filósofos pré-socráticos. Ao elaborar sua proposta, Platão se está confrontando com questões e soluções de seus antecessores. Em Heráclito, o universo é transformação contínua. Mas uma transformação qualificada, na medida em que o *logos* é o princípio segundo o qual as coisas são organizadas. A natureza das coisas dependia de um conflito entre opostos. O equilíbrio dependia do conflito, a unidade da pluralidade, a identidade da diferença, e vice-versa. Assim, as diferenças resumem-se em opostos. Os opostos são sempre encontrados em uma única coisa.

Em todos os casos em que há diferença, há opostos, e em todos os casos em que há opostos, há alguma coisa que os unifica. A unidade em si, porém, é oposta à pluralidade, de modo que esta tem também que ser unificada em alguma coisa. Terá que haver dependência mútua entre elas (Hamlyn, 1990, p. 20). Em Parmênides, a descrição de opostos como luz/trevas, denso/rarefeito, igual/diferente remeteria a uma descrição, em forma cosmológica, do mundo como os sentidos nos apresentam. E, em conclusão, aquilo que os sentidos nos dizem deve ser rejeitado em favor da razão (Hamlyn, p. 23). Da mesma forma, tempo e espaço, bem como mudanças no tempo e no espaço não só são objeto de reflexão como o resultado do trabalho de análise que termina por negar o movimento.

Já habitam, nesses exemplos, temas constitutivos de programas de reflexão que não estão restritos ao universo de Platão, mas caracterizaram as incursões gnosiológicas dos últimos dois mil e muitos anos passados. Já estão aí, cada qual desempenhando seu papel, a transformação, o movimento, as diferenças. Com eles estão a representação de fugacidade e fragilidade e, quase que como por consequência, a necessidade de um princípio unificador. Por outra parte, um olhar para as faculdades humanas e vemos, também entre elas, uma hierarquia cuja qualificação é determinada pela maior proximidade ou distância em que estão no caminho que leva à Verdade.

### **A via de acesso ao conhecimento**

Além das evidências que encontramos nos textos clássicos, ainda que em contextos explicativos diferentes, não são poucos os historiadores da Sociologia que registram a presença dessa tradição. Mais ou menos rebuscadas, as análises não só desvelam nessa fonte, como tratam de detectar, nela, a inspiração para a instituição da disciplina. Assim é que os procedimentos de generalização em Sociologia são considerados como deslocamentos dos fenômenos da ordem empírica para a ordem epistêmica. E uma avaliação das

diferentes tentativas de generalização encontráveis no trabalho sociológico só confirmaria a inserção da Sociologia nessa tradição da locação tópica em termos de uma horizontalidade dos acontecimentos e uma verticalidade do conhecimento. Cada movimento de locação tem como função a transposição do multiforme, do individual, do singular, para um nível que será caracterizado como o geral, o universal, dependendo da natureza atribuída a ele pelo quadro teórico-conceitual em que se proceda a análise. Enquanto tal, essa tradição tornou-se parte daquele imaginário que informa e enforma o enfrentamento dos problemas colocados pela necessidade de legitimação do saber sociológico.

Alcançando o conjunto das Ciências Sociais, esse movimento de passagem do nível do acontecimento para o nível do conhecimento, do “caos” para a “ordem”, é reconhecido como imprescindível. Trata-se de uma discussão que, em um campo teórico mais elaborado, sinaliza a recusa do “fato puro” como componente da elaboração científica. Assim, citando um grande antropólogo funcionalista, “no campo deparamo-nos com um caos de fatos, alguns dos quais tão pequenos que parecem ser insignificantes, outros tão amplos que parecem difíceis de serem abrangidos de modo sintético.

Mas, em sua forma bruta, esses fatos não são ainda científicos, são profundamente enganosos e só podem ser captados corretamente pela interpretação, que penetra sob sua aparência, apreendendo e fixando o que é essencial. Apenas as leis e as generalizações são fatos científicos, e o trabalho de campo consiste única e exclusivamente na interpretação da caótica realidade social, subordinando-a a regras gerais” (Malinowski, 1986, p. 144).

Esse deslocamento de um nível para outro não se faz, entretanto, por força do aleatório. São necessárias vias de acesso. Em Malinowski, são regras metódicas para simplificar a variedade e uniformizar a multiplicidade dos fatos. Regras que permitam

reduzir a multiplicidade de manifestações de um acontecimento a um dado mais simples. Afinal, os dados brutos são praticamente caóticos em sua diversidade (Malinowski, 1986, p. 146 - 147).

São passagens que, com marcas diferenciadas estão presentes em todos os clássicos. São presenças que sinalizam o nexos dessa tradição - que estabelece uma relação entre acontecimento e conhecimento como relação tópica de horizontalidade e verticalidade - com nosso problema, com as questões referentes ao método. No que nos interessa, em primeiro lugar, é nessa tradição que se inaugura há mais de vinte séculos, que podemos encontrar as referências modelares da ciência moderna. Depois, ainda no que nos interessa, *é nessa tradição que localizamos a instituição de uma reflexão sobre o método, como uma via, uma mediação que realize a passagem do nível do acontecimento para o nível do conhecimento científico.*

Se quisermos falar aqui, novamente, sobre antecedentes, é em Parmênides que registramos a abertura de um novo caminho, mais, do único caminho praticável para chegar à posse da verdade. A partir dele, como afirma Jäger, a imagem da via reta da investigação aparece constantemente. Por mais difusa que possa parecer ao cientista moderno, já possui, todavia, uma ressonância terminológica que, especialmente na oposição entre o caminho certo e o errado, se aproxima do sentido do “método” (Jäger, 1986, p. 151). Estão aqui as raízes longínquas deste componente fundamental do fazer científico.

A literatura insinua o quão ingênuo seria acreditar que, uma vez esse ponto identificado, as coisas se tornariam claras. Eminentemente ligadas às questões e temas já mencionados, estão outros tantos temas ou questões. Em um nível ainda geral, por exemplo, não há como desvincular a discussão em torno do método da pergunta sobre a *possibilidade do conhecimento*. Trata-se de uma reflexão que deu lugar, entre outras, a disputas substantivas sobre o alcance de proposições que são resultados dos processos do conhecimento. Da mesma forma, o estabelecimento da *origem do conhecimento* também tem seu lugar reservado na discussão

em torno da natureza do método. O debate entre o racionalismo e o empirismo, na medida em que põe em jogo os papéis dos sentidos e da razão, possui uma relevância substantiva para o estabelecimento das vias de acesso ao conhecimento. Estão aí, por exemplo, as disputas entre as lógicas da indução e as da dedução. Por outra parte, o problema da *verdade do conhecimento* tem obrigado a considerar, entre outras questões, a evidência como um tópico a ser enfrentado (Mora, 1985, p. 230). São reflexões que se tornam ainda mais qualificadas quando realizadas por figuras que não só conhecem esses antecedentes como vão ao encontro de novas proposições. É o caso de Bacon e Descartes.

### **Bacon e Descartes**

Entre 1605 e 1644, vemos aparecer uma série de livros que, entre outros efeitos, buscavam neutralizar a filosofia natural aristotélica. Os autores - naturais da Inglaterra, Itália e França - eram Bacon, Galileu e Descartes. As obras expressavam e intervinham, cada uma a seu jeito, na história cultural européia (Drake, 1981). São tempos em que valores e significações até então fixadas sofrem mutações substantivas o suficiente para subverter toda uma forma de ver e abordar o mundo.

Nesse quadro, um traço de distinção é usado como linha de demarcação entre os três autores. Enquanto Galileu é lembrado por suas contribuições à ciência, Bacon e Descartes, ao contrário, seriam mencionados por suas filosofias (Drake 1981, p. 29). É evidente, aqui, uma bela dose de exagero. Quem quer que visite os textos de Galileu reconhecerá ali não poucas incursões no terreno da filosofia. Reconhecerá também uma bela tentativa de rompimento com a cosmovisão aristotélica. Outrossim, tanto Descartes como Bacon, não por acaso considerados autores polêmicos, são, até hoje, disputados como precursores da ciência moderna. Em Descartes, não é pouco o que se aprendeu sobre a Geometria e a Matemática. Bacon, por sua vez, teria sido o pioneiro do intento de sistematização lógica do procedimento científico.

Ao sublinharmos a herança deixada do período para a tradição em torno da fundamentalidade do método, veremos semelhanças exuberantes entre Bacon e Descartes no reconhecimento de que o poder de julgamento e de distinção do verdadeiro e do falso é naturalmente igual em todos os homens (Descartes, 1965, p. 25). A atitude que se deveria esperar do intelecto é de aceitação das dificuldades e dos paradoxos, de sobriedade, de reconhecimento dos princípios supremos da natureza, de percepção da luz da experiência. E, no entanto, o intelecto humano não é luz pura. Em Bacon, como em Descartes, o intelecto não regulado e sem apoio é irregular e de todo inábil para superar a obscuridade das coisas. Ele recebe influência da vontade e dos afetos. Daí que pode gerar qualquer ciência. É traído pela imaginação de paralelismos, correspondências e relações que não existem entre coisas singulares e cheias de disparidades. É enganado por arrastar tudo para seu apoio e acordo quando assente em uma convicção. Permanece na insegurança por se deixar abalar pelas coisas que súbita e simultaneamente se apresentam. Assim, se são corriqueiras as dificuldades no caminho em direção ao conhecimento, se o império da diversidade de opiniões se impõe na busca da verdade, é porque não aplicamos bem o espírito. Daí a necessidade de bases de segurança - um primeiro princípio, para uma nova ciência. Daí a importância do método como um recurso imprescindível para o empreendimento intelectual.

Ocorre que essa via de construção conduz Bacon a uma insatisfação paralela à da descoberta dos limites do intelecto. Os métodos até então usados não seriam adequados à busca da verdade. Fazia-se imprescindível, portanto, o uso de procedimentos ainda não tentados. A crítica é predominantemente anti-aristotélica. A contraposição é um novo método que signifique uma nova ordem, um novo processo para continuar e promover a experiência. Assim, para que se penetre nos estratos mais profundos e distantes da natureza, é necessário que tanto as noções quanto os axiomas sejam abstraídos das coisas por um método mais adequado e seguro

(Bacon, 1984, p. 51). A esperança, a única, radica na verdadeira indução. Ou seja, um proceder de acordo com leis seguras e de forma gradual e constante. O próprio intelecto ganhará com isso. É certo que seu trabalho se torna melhor e mais correto. A proposta do novo tem suas características apontadas: abstração e levantamento das coisas por procedimentos devidos. É a via que conduz à verdade. O verdadeiro caminho é, então, aquele que recolhe os axiomas dos dados dos sentidos e particulares, ascendendo contínua e gradualmente até alcançar, em último lugar, os princípios de máxima generalidade (Bacon, 1984, p. 54).

Da mesma maneira, há em Descartes uma preocupação diligente com a instituição de um método que esteja em condições de evitar as armadilhas que surgem no caminho do intelecto. Método, segundo Descartes, são regras certas e fáceis cuja observação exata permite a distinção da verdade. É a forma de estar seguro, de usar em tudo a razão, senão perfeitamente, ao menos da melhor maneira. Acostuma o espírito a conceber os seus objetos. Uma exigência é não pôr nada falso no lugar do verdadeiro. A segunda, é chegar ao conhecimento de tudo. Para isso, o método nos explica o uso a ser feito da intuição intelectual e o meio de achar deduções que cheguem ao conhecimento de tudo.

A ordem é exigida. A ordem é um preceito. Há caso em que é absolutamente necessária e caso em que somente é útil. Mas todo o método consiste na ordem e disposição dos objetos sobre os quais deve ser centrada a penetração da inteligência para descobrir alguma verdade. Ele impõe a necessidade de distinguir as coisas mais simples das que são complicadas e estabelecer ordem em sua investigação. Graças a ela, podemos seguir adiante ainda quando não conheçamos claramente todas as coisas. É suficiente que conheçamos um reduzido número delas ou uma só entre elas. Ou, em outra formulação de Descartes, é mister imaginar que todas as coisas que podem cair sob o conhecimento dos homens se encadeiam do mesmo modo e, desde que nos abstenhamos somente de aceitar por verdadeira alguma que o não

seja, e respeitamos sempre a ordem necessária para deduzi-las umas das outras, nenhuma pode haver tão afastadas às quais não possamos por fim chegar, nem tão ocultas que não as possamos descobrir (Descartes, 1970).

A ordem permite entender a redução gradual das proposições complicadas e obscuras a proposições mais simples. Compreende-se também como, partindo da intuição das proposições que são as mais simples de todas, seria possível chegar pelos mesmos escalões ou graus ao conhecimento de todas as demais. Todas as coisas podem ser conhecidas umas pelas outras.

### O século XVIII

No século XVIII, após um longo período de gestação, a *filosofia da natureza é ciência* e o verdadeiro sistema do mundo é tido como conhecido. Se não bastasse, quase todas as outras ciências tomaram uma nova forma. No fundo de tudo isso, o modelo que provoca tamanha reverberação é o da Física newtoniana. Com ela, pretende-se que tudo foi discutido, analisado ou, pelo menos, agitado. Com Newton, o movimento de instituição de uma alternativa à Física aristotélica - cuja aceitação diminui de forma acentuada a partir de Galileu, Bacon e Descartes - chega a seu momento mais importante. Os corpos celestes - divinos, incorruptíveis e de natureza diversa de nosso imperfeito mundo - são vistos como colocados ao alcance definitivo da investigação humana.

Newton argumenta em favor de uma especificidade na pesquisa realizada pela Física. É algo que se funda sobre o método da experimentação e do raciocínio indutivo, dos fatos aos axiomas e aos princípios.

Como na matemática, assim também na filosofia natural a investigação de coisas difíceis de análise deve sempre preceder o método de composição. Esta análise consiste em fazer experimentos e observações, e em traçar

conclusões gerais deles por indução, não se admitindo nenhuma objeção às conclusões, senão aquelas que são tomadas dos experimentos ou certas outras verdades. (Newton, 1987, p. 204)

O ideal de análise supõe, portanto, situar à frente da investigação o conhecimento tal como nos é dado na observação direta. É necessário dar lugar à observação pura dos fenômenos e à simples demonstração de sua conexão. Fatos conhecidos, formulação de hipóteses, enfim, redução a uma ordem através da indução, é o que importa, sobremaneira, para determinar as relações entre os dados. A experiência e o progresso aí adquiridos, são, então, fundamentais para um processo ascensional progressivo, até as primeiras causas e aos elementos mais simples do curso das coisas. Para esse pensamento, o método traduz progresso ao reduzir a riqueza dos fenômenos naturais a um pequeno número de propriedades fundamentais da matéria e a certos princípios do movimento (Cassirer, 1966, p. 97 - 99). Nesse quadro, as conseqüências lógicas da hipótese são observadas e, concorde com a observação ou a experiência, pode-se chamar teoria à hipótese e usá-la para sugerir nova indagação, observação ou experiência (Dampier, 1986, p. 96). É uma concepção que marcará de forma significativa a *Enciclopédia*.

Diderot e D'Alambert não hesitaram - como tampouco o fizeram seus predecessores, em investir na elaboração de uma teoria do conhecimento. Os conhecimentos são *diretos* quando os recebemos imediatamente, sem nenhuma operação de nossa vontade. São os que recebemos pelos sentidos. São *refletidos* quando o espírito os adquire operando sobre os conhecimentos diretos, unindo-os ou separando-os. De uma e outra classificação, fica a natureza incontestável da existência das *sensações*. São o princípio de todos os conhecimentos, de todas as idéias. Por tudo isso, para formar noções puramente intelectuais, apenas precisamos refletir sobre nossas sensações. É um percurso que ensina, em primeiro lugar, nossa existência. As primeiras idéias refletidas

sinalizam o *princípio pensante*. Ele constitui uma presença na natureza humana e não é diferente de nós mesmos. O segundo conhecimento que devemos às nossas sensações é a existência dos *objetos exteriores*, entre os quais nosso próprio *corpo*. Não se pode fugir a essa constatação da existência dos objetos exteriores. Neles deve ser procurada a causa de nossas sensações.

O conhecimento é trabalho. Os objetos são materiais ou espirituais. A alma se ocupa desses objetos através das idéias diretas ou através das idéias refletidas. A alma *opera* sobre o objeto do pensamento. E opera no sentido de um *esforço de individuação do objeto* que parece ser o princípio metodológico mais fundamental. Dele dependem todos os passos seguintes. A julgar pelas leituras de Diderot e D'Alambert, o estudo, em suas fases mais primitivas, foi forçosamente o dos indivíduos (Diderot, 1989). Foi somente após a consideração de suas propriedades particulares e palpáveis que, pela abstração, chegamos a suas propriedades gerais e comuns.

Os procedimentos comparativos são permanentemente lembrados. Mas o método não se reduz a essas operações. O quadro mais geral é o estudo refletido dos fenômenos. Os meios são a já citada comparação e a arte de reduzir, tanto quanto possível, um grande número de fenômenos a um único que possa ser considerado como seu princípio. A redução, dependendo da dificuldade e da amplidão do objeto é, diga-se de passagem, um processo “mais ou menos penoso”. Mas um processo cujo resultado qualifica a ciência: mais se diminui “o número dos princípios de uma ciência, mais se lhes dá extensão” (Diderot, *idem*).

É no curso do progresso da própria ciência que alguns elementos constitutivos do método científico são afirmados. Assim é que não restam dúvidas de que a alma procede a julgamentos. A alma julga a maneira pela qual os conhecimentos a afetam. São julgamentos com nome e função estabelecidos. Em primeiro lugar, a *evidência*. Ela pertenceria às idéias cuja ligação o espírito percebe imediatamente. É resultado das operações do espírito e reporta-se às especulações metafísicas e matemáticas. Depois, a

*certeza*, somente adquirida com a ajuda de um certo número de idéias intermediárias. Ou, o que é a mesma coisa, somente reconhecida às proposições cuja identidade com um princípio evidente, por si mesmo, somente pode ser descoberta por um circuito mais ou menos longo. É mais própria aos objetos físicos, cujo conhecimento é o fruto da relação constante e invariável de nossos sentidos. Em terceiro lugar, a *probabilidade* cuja existência remete, “sobretudo”, aos fatos históricos e em geral para todos os acontecimentos passados, presentes e futuros. São fatos atribuídos a uma espécie de acaso. Suas causas não são claramente distinguíveis. A quarta forma de julgamento é o *sentimento*. É de duas espécies. Uma, destinada às verdades de moral, chama-se *consciência*. É uma consequência da lei natural e da idéia que temos do bem e do mal. A outra diz respeito às belezas de expressão: “apreende com arrebatamento as belezas sublimes e impressionantes, distingue com finura as belezas escondidas e proscreve o que somente tem sua aparência” (Diderot, 1989, p. 47).

### **Uma questão a formular**

Na tradição que se firmou através dessas (e muitas outras) figuras proeminentes, a reflexão que enfatizou o momento instituinte da ciência apresenta algumas características essenciais. Sem fugir a uma matriz estabelecida em um passado clássico, ela abarca não apenas o método, mas também uma ontologia, uma gnosiologia, uma epistemologia e, inclusive, em muitos sentidos, uma antropologia. Quando é possível perceber como um dos traços do novo conhecimento que se anuncia no século XVII o surgimento de um universo cujos componentes são colocados “no mesmo nível de ser”, está sendo sinalizada a centralidade do entendimento da natureza do próprio objeto da prática científica. Quando nossos autores preocupam-se com as importâncias específicas das faculdades humanas no processo de cognição, mais especificamente, na caracterização do sujeito cognoscente e do

objeto cognoscível, penetram não só no terreno de uma teoria do conhecimento, mas estabelecem bases – por mais incompletas que sejam – de uma definição do homem. Da mesma forma, ao definirem como científicos as fronteiras de seus investimentos, caracterizam as possibilidades e os limites de suas práticas, assim como suas necessidades. Na verdade, o método sustenta-se e é parte de uma relação estabelecida entre cada uma dessas dimensões que tornam-se constituintes de um saber. Nesse sentido, o que nomearemos como **método do conhecimento sociológico é um caminho, uma via. Na verdade, é uma estratégia que, a partir de certos pressupostos ontológicos, antropológicos, gnoseológicos e epistemológicos, comporta um conjunto de operações conceitualmente norteadas que fazem emergir como acontecimentos teóricos os objetos - os objetos do conhecimento pretendido pela sociologia.**

De fato, justo na medida em que podemos definir o método como algo que dá lugar a acontecimentos, não podemos entendê-lo fora de cenários onde atuam com força de legitimidade concepções sobre o ser do objeto, a natureza do sujeito, o caráter das relações que sujeito e objeto estabelecem entre si. Foi por considerarem elementos como esses que os clássicos clamaram para as ciências do social uma especificidade irreduzível. É por considerarmos essa tradição que recusamos intencionalidade científica a “procedimentos metodológicos” que a bagatelize. É por considerarmos essa tradição que supomos cada momento de elaboração do método para cada pesquisa concreta um momento em que a instituição da Sociologia se repõe como instante de reafirmação de sua intencionalidade científica. É o que faz do método, permanentemente, uma questão a ser formulada.

## NOTAS

1 A julgar pela página na Web do Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da FFLCH da Universidade de São Paulo, para a seleção de projetos, retira-se do horizonte, inclusive, a idéia de procedimentos metodológicos.

Ali, o que importa são “procedimentos de pesquisa”, já que esta última “é definida em termos operacionais”. Conforme as instruções, no projeto, deve ser identificado “o universo empírico que servirá de campo de investigação do problema sociológico antes apresentado. Descrevem-se as técnicas de investigação, o material a ser pesquisado, local, fontes, informantes, arquivos, jornais, bancos de dados, bibliotecas, sites da Internet etc. Se a pesquisa comporta trabalho de campo, seus procedimentos devem informar se a pesquisa será qualitativa ou quantitativa, se de universo amostral, se através de entrevistas gravadas ou escritas, ou se por aplicação de questionário ou formulário. Quando se usar entrevista ou aplicação de formulário/questionário, um modelo preliminar de instrumento deve ser anexado ao projeto. No caso de pesquisa estritamente teórica, as bibliotecas e arquivos a serem usados, bem como outras fontes, devem ser devidamente nomeados. As técnicas de análise de dados (qualitativas e quantitativas), se for o caso, devem, por sua vez, ser explicitadas”.

- 2 Com o cuidado, inclusive, de sinalizar onde essa bibliografia será procurada. Por exemplo, conforme um caso, “tal bibliografia será coletada nos programas Unibibli e Isi”.
- 3 Para fins desse levantamento, nos utilizamos de quatro projetos de pesquisa bem sucedidos em exames de seleção para a pós-graduação em nível de mestrado (4) e doutorado (1).
- 4 Deixamos aqui nosso protesto. A leitura de Khun é importante o suficiente para que a editora cuidasse de uma tradução à altura. Principalmente no que se refere ao Posfácio de 1969, onde faltam, inclusive, passagens significativas do texto original.
- 5 Estaremos considerando “imaginário” como “articulação de imagens” (Lima, 1984, p. 61).
- 6 É uma constatação que não implica desconhecimento das tensões criadas pela “importação” dos traços sabidamente constituintes daqueles corpos do saber. Voltaremos a isso em trabalho de pesquisa em desenvolvimento.
- 7 Não restam dúvidas quanto ao fato de esses elementos não esgotarem as presenças que poderiam ser elencadas. De fato, como já insinuamos, nossa listagem desses elementos não é completa. Por exemplo, as “suposições” (hipóteses) não estão aqui mencionadas. Mas já eram parte do fazer das ciências. Na verdade, outros aspectos de importância mais remota para nossa discussão, mas de grande relevância para o enfrentamento de alguns impasses que ainda atormentam a Sociologia poderiam ser apontados. Estão ali as idéias de *progresso* e a existência de um *poder através do conhecer*. Essa última através da pretensão de “aquisição da matriz da sociedade”. A primeira, presente na imagem de “marcha progressiva”. Em qualquer hipótese, de uma forma ou de outra, na maior parte das vezes, como já anunciamos,

sendo qualificados e requalificados, cada um desses elementos aparece nas obras dos fundadores das Ciências Sociais.

8 O que hoje designamos ciência “foi entendido pelos gregos, sobretudo, como o saber daquilo sobre cuja base é possível fabricar algo” (Gadamer, 1983, p. 12).

9 Trata-se de um reconhecimento explicitado entre os próprios praticantes das ciências da natureza. Prigogine e Stengers chamam atenção para o fato de “a questão da ciência clássica ser, nela mesma, uma ilustração de uma dicotomia que atravessa a história do pensamento ocidental”. Segundo eles, “somente o imutável mundo das idéias foi tradicionalmente reconhecido como iluminado pelo sol do inteligível, para usar a expressão de Platão”. Da mesma forma ainda segundo os autores, somente leis eternas foram consideradas capazes de expressar a racionalidade científica (Prigogine, 1984, p. 7).

10 Os estudos sobre as religiões antigas, por exemplo, demonstram isso com clareza. Cassirer observa que todas as religiões absorvem uma cosmogonia e uma doutrina moral que coincidem em entregar à divindade “o duplo papel e a dupla missão de fundadora da ordem astronômica e de criadora da ordem moral, arrancando os dois mundos da ação das potências do caos” (Cassirer, 1955, pag. 8).

11 Como nos diz Deleuze, “Platão convidava-nos a distinguir duas dimensões: 1º) a das coisas limitadas e medidas, das qualidades fixas, quer sejam permanentes ou temporárias, mas supondo sempre freadas assim como repousos, estabelecimentos de presentes, designações de sujeitos: tal sujeito tem tal grandeza, tal pequenez em tal momento; 2º) e, ainda, um puro devir sem medida, verdadeiro devir-louco que não se detém nunca, nos dois sentidos ao mesmo tempo, sempre furtando-se ao presente, fazendo coincidir o futuro e o passado, o mais e o menos, o demasiado e o insuficiente na simultaneidade de uma matéria indócil” (Deleuze, 1974, p. 5).

12 Na segunda parte do poema escrito por Parmênides, o fragmento 8 argumenta com a inexistência do tempo, “como o entendemos”. A julgar pelas conclusões de Hamlyn, distinguir passado e futuro do presente implica a possibilidade de dizer que “ele não é” - uma vez que dizer que foi ou que será implicará contrastá-lo com o “ele é”. De modo que, se ele é, “não foi no passado, nem será” “Haveria, assim, “apenas um eterno agora”, “nenhum tempo propriamente dito”. Dai não poder haver “fenômeno que envolva tempo e passado, presente e futuro”. Quanto à questão do espaço, Parmênides mantém a completeza “daquilo que é”, a impossibilidade de ele ser exposto a qualquer coisa, e a impossibilidade da diferenciação espacial. Na verdade, a única coisa que se pode dizer a respeito “daquilo que é” é que “ele é” (Hamlyn, 1990, p. 25 - 26).

13 Lembremos que Heráclito e Parmênides estão sendo chamados a testemunhar já na qualidade de *filósofos*. Antes deles e ao lado deles, nos lugares em que vivem ou fora deles, não são poucos os exemplos de mitos e narrativas religiosas cujos conteúdos são indicativos de questões muito semelhantes. Cassirer lembra que no

mito cosmogônico babilônico vemos Marduk, o herói, em plena batalha contra o caos informe. Uma vez vencedor, “instaura os eternos signos que simbolizam a ordem do universo e a da justiça”. Cassirer traz esse exemplo como prova da relação entre as concepções do universo físico e mundo moral (Cassirer, 1955, p.8 - 9).

<sup>14</sup> Nesse quadro, Ginsberg, citado por Bottomore, inventaria “seis tipos de generalização na ciência social”. O primeiro é a “correlação empírica entre fenômenos sociais concretos (por exemplo, a vida urbana e os índices de divórcios)”. O segundo são as “generalizações formulando as condições sob as quais as instituições ou outras formações sociais surgem (por exemplo, várias explicações sobre a origem do capitalismo)”. O terceiro são “as generalizações afirmando que as modificações em determinadas instituições estão regularmente associadas às modificações em outras instituições (por exemplo, associação entre as modificações na estrutura de classes e outras modificações sociais, na teoria de Marx). O quarto, “generalizações afirmando a existência de repetições rítmicas ou fases-sequência de vários tipos (por exemplo, tentativas de distinguir as “fases” do desenvolvimento econômico)”. O quinto, generalizações descrevendo as principais tendências na evolução da humanidade como um todo (por exemplo, a lei de três estágios de Comte, a teoria marxista do desenvolvimento desde a sociedade primitiva até a sociedade comunista). Finalmente, as “leis sobre as implicações de suposições relacionadas com o comportamento humano (por exemplo, certas leis de teoria econômica) (Ginsberg, 19700, p. 31).

15 Mas há um outro contexto no qual esses mesmos pontos de partida da tradição estão presentes. Trata-se do trabalho da ciência nos campos social e político. Seus efeitos são, aqui, muito mais abrangentes que aqueles a que chegamos através da busca “pura” da “verdade científica”. E isso é tanto mais verdade quanto mais nos aproximamos dos *problemas levantados pelo veio crise político-social/ordem*. Davi, por exemplo, reconhece em Durkheim sua ligação com uma “linguagem filosófica” que remonta a Platão, passando por Comte e Saint-Simon. A analogia é límpida. Platão “sonhava subtrair a cidade à desordem e ao excesso mediante a mais sábia constituição; e não concebia essa constituição a não ser baseada na ciência - e, não, na simples opinião - que ainda não era, para ele, sem dúvida, a ciência dos fatos, como a Sociologia positiva do século XIX, mas a ciência das idéias, como a concebia; nem por isso era menos, a seu ver, a única verdadeira ciência, e o único meio de salvação, assim para o homem como para a cidade”. Segue ele: “Mais próximo de nós, e diante da mesma ocasião de crise política e moral, desta vez aberta por obra da Revolução Francesa, e das reconstruções reclamadas pelas negações dessa revolução, pede Augusto Comte à ciência que deseja positiva, o segredo da reorganização mental e moral da humanidade. E é sempre a mesma salvação pela ciência que Durkheim busca apaixonadamente, depois da comoção dos espíritos e das instituições, consecutiva, em França, à derrota de 70, e em presença desse abalo de outro gênero, mas acompanhado de

análoga necessidade de reorganização, o abalo provocado pelo desenvolvimento industrial. Transformações das coisas reclamam transformações dos homens. Só à ciência deve caber inspirar, dirigir e executar essas reconstruções necessárias; e, como a crise é das sociedades, a ciência que a resolverá deve ser ciência das sociedades: tal a convicção de que surgiu, e que sustenta a Sociologia durkheiminiana, filha da mesma fé absoluta na ciência, presente na política de Platão e no positivismo de Augusto Comte” (Davi, 1983, p.XIV e XV).

<sup>16</sup> Parmênides é o primeiro pensador que levanta conscientemente o problema do método científico e o primeiro que distingue com clareza os dois caminhos principais que a filosofia posterior há de seguir: a percepção e o pensamento” (Jager, 1986, p.151).

17 Destacamos como exemplo a tese que pede atenção para o fato de que “os juízos ou proposições acompanhados de predicados do tipo “é verdadeiro”, “é falso”, se referem a determinadas circunstâncias, condições, situações, momentos do tempo, etc.”. De tal forma essas qualificações seriam importantes que “uma proposição seria verdadeira (e o seria de forma absoluta), dentro de condições especificadas” (Mora, 1985, p. 266).

18 Uma reflexão que, de forma muitas vezes reiterada, significou profissão de fé em órgãos relacionados à faculdade do conhecimento (na qual a contraposição *sentidos x razão*, assumiu posição de destaque). À guisa de exemplo, Bacon registra que os que se dedicaram às ciências foram ou *empíricos* - que, “à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões -, ou os *racionalistas* - que, “à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia”. São formas de elaboração que, de acordo com o autor, devem ser rejeitadas. Na verdade, uma outra imagem permite a introdução de um modelo ideal. Assim, a abelha representa a posição intermediária. Recolhe a matéria das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. O material fornecido deve “ser modificado e elaborado pelo intelecto”. Em conclusão, “muito se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experimental e a racional” (Bacon, 1984, p. 63).

19 Ademais, aceitando o risco de tangenciar uma discussão complexa e com acidentes que impedem qualquer visão linear sobre sua história, chamemos atenção para o fato de que cada uma dessas dimensões da discussão em torno do conhecimento enfrenta os pólos *sujeito/objeto*. Conforme a tradição que desagua no século XIX, a iniciativa do conhecer pertence, por certo, ao sujeito cognoscente. Esta iniciativa define precisamente sua subjetividade. É uma iniciativa que tem como um de seus efeitos, precisamente, fazer presente ou manifesto o objeto, tornar evidente a realidade mesma, fazer falar os fatos. É, além disso, uma afirmação que deve ser tomada com cautela. Em primeiro lugar porque, com o estruturalismo, “o sujeito, a consciência, vão apagar-se em proveito da regra, do código e da estrutura (Dosse 1993: 24). Depois, porque uma das mais influentes reflexões sobre a teoria do

conhecimento científico, a de Popper, propõe o que seria uma epistemologia sem sujeito (Santos Filho, 1993).

20 Permitir a entrada em cena de dois pensadores que, com Galileu, inauguraram veios epistemológicos para a era moderna, não significa acreditar na Idade Média como Idade das Trevas. Seria estupidez, nos dias de hoje, se deixar conduzir por tal preconceito. Nem Bacon nem Descartes teria tido sequer uma linguagem com que se expressar filosoficamente não houvessem eles conhecido a contribuição medieval. Mais a mais, é possível localizar em um autor como Tomás de Aquino, entre outros, as marcas dessa matriz da teoria do conhecimento platônica. É prova disso a distinção que realiza entre “entes incorruptíveis e imóveis”, “entes móveis e incorruptíveis” e “entes móveis e corruptíveis”. São distinções que ajudam, em sua obra, a fundar as diferenças epistemológicas das ciências (Nascimento, 1998, p. 75). Deixando, portanto, suas marcas na filosofia da Idade Média, nossas questões são, todas, questões que obrigaram e abrigaram investimentos que se acentuam com novas características durante o Renascimento. É provável, inclusive, como querem muitos historiadores, que os que hoje consideramos pioneiros não tenham desenvolvido um investimento satisfatório na (re) fundação de uma epistemologia ou, mesmo, em uma teoria sobre o método. Leonardo da Vinci é, certamente, um exemplo disso. Ainda assim ele, como outros, estiveram ativamente ocupados com o que, hoje, muitos reconhecemos como prática científica. Tudo indica terem exibido uma familiaridade extraordinária com tudo o que depois passamos a reconhecer como “princípios do método”. Se, como deseja Blake, “escassamente teriam tido consciência” disso, não importa (Blake, 1989, p. 11). O que parece valer é o fato de terem imposto a reflexão sobre seus procedimentos àqueles que perceberam o significado de suas obras. E, se tudo isso é verdade, deixamos de lado esses períodos - da mesma forma como não aprofundamos outros, por estarmos interessados mais imediatamente naquelas presenças que são mais claramente perceptíveis como mediações para a instituição do saber sociológico.

21 Caso não bastasse outro motivo, ela presenciou e foi marcada “pelo aparecimento de três pensadores célebres, numa só geração, em três países diferentes, após quatro séculos de autoridade aristotélica na ciência, e todos eles se lhe opunham com bases sólidas, embora diferentes” (Drake, 1981, p 28).

22 Mais a mais, seguindo a Koyré, talvez fosse melhor falar, quanto ao século XVII, de uma “revolução científica e filosófica”: é impossível separar o aspecto filosófico do puramente científico desse processo, pois um e outro se mostram interdependentes e estreitamente unidos” (Koyré, 1979, p. 14).

23 É auto-evidente, aqui, nestas passagens, o pressuposto do método como condição de superação do reino dos acontecimentos.

24 De acordo com Foucault, a discussão de Descartes sobre a ordem faz parte do movimento que inaugura a ruptura com o pensamento que se move no elemento da semelhança. Ao recusá-la, Descartes institui na comparação uma busca pela

- universalização e por sua forma mais pura. A comparação, na reflexão cartesiana, é reportada à ordem (Foucault, 1985, p. 65 e segs.).
- 25 As coisas não são consideradas em sua natureza isolada Depois da intuição de algumas proposições simples, quando tiramos delas outra conclusão, é útil recorrer às mesmas proposições e, num movimento contínuo e completamente ininterrupto do pensamento, refletir em suas diversas relações mútuas e conceber de maneira distinta várias delas por vez, na medida do possível; dessa maneira, com efeito, nosso conhecimento se torna muito mais certo e cresce sobretudo a extensão do nosso espírito (Descartes, 1970).
- 26 Isso de tal maneira que, cada vez que se encontra uma dificuldade, podemos imediatamente dar-nos conta da utilidade de rever, quê outras e em que ordem. Por outro lado, é preciso, em cada série de coisas em que deduzimos umas das outras, dar conta daquilo que é o mais simples e de como todo o resto está mais, menos ou igualmente longe dela (Descartes, 1970).
- 27 E isso não se deteve no aspecto do método. Nas palavras de Prigogine e Stengers, “durante algum tempo pôde ser mantida por alguns a ilusão de que a atração, posta em fórmulas pela lei da gravitação, permitiria atribuir à natureza uma animação intrínseca e, depois de generalizada, explicaria a gênese de formas de atividade cada vez mais específicas e eletivas, até às interações que constituem a sociedade humana” (Prigogine, 1991, p. 39).
- 28 D’Alambert, *Éléments de Philosophie*, citado por Cassirer (1966, p. 92).
- 29 E, no entanto, não há lugar para ingenuidade. No século XIX, o nome de Newton congrega o que “tem de modelo para as ciências”. Longe de significar consenso, isso é ponto para divergências. Principalmente no que diz respeito ao método, a disputa pela interpretação adequada da proposta newtoniana garante as polêmicas e a pluralidade no seio da produção científica (Prigogine, 1991, p. 20).
- 30 Novamente, qualquer visão de linearidade, de apaziguamento nos debates é enganosa. A natureza das relações entre os fenômenos é alvo de não poucas discussões. As explicações variaram entre os muitos empirismos e os não poucos racionalismos (Canguilhem, 1970, p. 168).
- 31 A *Enciclopédia* é uma expressão desse movimento cultural a que chamamos *Ilustração*. Seus principais objetivos eram, como Enciclopédia, “expor a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos”; e Dicionário, “contar os “princípios gerais em que se baseiam e os detalhes mais essenciais” que formam o corpo e a substância “ de cada ciência, de cada arte, de cada ofício, sem qualquer discriminação. Sua intenção, nas palavras de Diderot e D’Alambert, seus editores, era, expressamente, examinar a “genealogia e a filiação de nossos conhecimentos, as causas que devem tê-los feito nascer e os caracteres que os distinguem”. Trata-se de uma aventura que remonta até à origem e à formação das idéias (Diderot, 1989).

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

- ABRAMO, P. Pesquisa em ciências sociais. In HIRANO, S. (Org.) *Pesquisa social. Projeto e planejamento*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. p. 21 - 88.
- ARON, R. *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard, 1967.
- BACON, F. Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. In: *Bacon* São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1984, p. 3 - 231.
- BLAKE, R. M. Natural Science in the Renaissance. In EDWARD H. M. *Theories of Scientific Method*. The Renaissance through the Nineteenth Century. New York: Gordon and Breach Science Publishers, 1989.
- BOTTOMORE, T. B. *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970
- CANGUILHEM, G. Claude Bernard et Bichat. In CANGUILHEM G., *Études d’Histoire et de philosophie des sciences*. Paris: Vrin, 1970. p. 156 – 162.
- CASSIRER, E. *Las ciencias de la cultura*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1955.
- DAMPIER, W. C. *História da Ciência*. São Paulo: Ibrasa. 1986.
- DAVI, G. Introdução. In DURKHEIM, E., *Lições de Sociologia*. A moral, o direito e o Estado. São Paulo: Queiroz, 1983. XIII – XLII.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva. 1974
- DESCARTES, R. *Discours de la Méthode*. Paris: Unión Générale d’Éditions. 1965
- DESCARTES, R. *Regras para a direção da mente*. Buenos Aires: Aguilar, 1970.
- DIDEROT, D’ALEMBERT Discurso Preliminar. In: Diderot, D’Alembert, *Enciclopédia ou Dicionário das Ciências, das Artes e dos Ofícios por uma sociedade de Letrados*. São Paulo: Editora Unesp, 1989.
- DOSSE, F. O campo do signo, 1945/1966. In FRANÇOIS D., *História do Estruturalismo*, V. I. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- DRAKE, S. *Galileu*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1981.
- DUPUY, J-P. Natureza e diferença. *Filosofia e Política*, Porto Alegre, v 4. 1987. p. 13 - 27.
- FERNANDES, F. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. In: *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

## José dos Reis Santos Filho

- FOUCAULT, M. *A palavra e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GADAMER, H.G.. Acerca do filosófico nas ciências e do científico na filosofia. In Gadamer, H.G., *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 9 - 25.
- HIRANO, S. (Org.) *Pesquisa social*. Projeto e planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HAMLIN, D.W. *Uma história da filosofia ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- JAEGER, W. *Paidéia*. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fonte, 1986.
- KHUN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectivas, 1972.
- KOYRÉ, A., *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.
- LIMA, L. C. *O controle da imaginação*. Razão e imaginação no ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MALINOWSKI, B. A coleta e a interpretação dos dados empíricos. In Durham, E.R. (Org.) *Malinowski*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARX, K. *Capital*. A critical analysis of capitalist productions. VI, Tradução de Samuel Moore e Edward Aveling. Edição de Frederick Engels. Moscou: Progress Publishers, s/d.
- MORA, J. F. *Diccionario de Filosofia de Bolsillo*, Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- NASCIMENTO, C.A.R. O estatuto epistemológico das “ciências intermediárias” segundo São Tomás de Aquino. In Nascimento, C.A.R., *De Tomás de Aquino a Galileu*, Campinas, Unicamp/IFCH, 1998, ps. 13 - 88.
- NEWTON, I. Óptica (Livro III, Parte I). Tradução de Pablo Rubén Mariconda. In *Galileu Newton*, São Paulo, Nova Cultural, 1987, p. 171 - 205.
- PARETO, V. Il metodo della sociologia. In PARETO, V., *Écrits sociologiques mineurs*, Genève/Paris: Droz, 1980.
- PRIGOGINE, Y., STENGERS, I. *Order out of chaos*. Man's new dialogue with nature. Londres: Bantam Books, 1984.

## Estudos de Sociologia

- RANDALL, J.H. *La formación del pensamiento moderno*. Buenos Aires: Editorial Nova. 1952.
- SANTOS FILHO, J. dos R. A “Teoria dos Três Mundos” e uma aproximação ao sujeito em Popper. In SANTOS FILHO, J. dos R. (Org.) *Indivíduo, classe, ciência*. Araraquara: Facile, 1993. p. 91 - 134.

---

RESUMO: Este artigo tem como motivação inicial inquietações nascidas da leitura de alguns trabalhos que se apresentam como *projetos de pesquisa* em Ciências Sociais. Mais especificamente, nos chama atenção a discussão freqüentemente apresentada como *procedimentos metodológicos*. Em nome de um enfrentamento das deficiências que ali julgamos presentes, procuramos resgatar traços de uma trajetória da discussão sobre o método. Nesse itinerário, assumimos como pressuposto subjacente que cada um dos clássicos fundadores conhecia o que há de fundamental na tradição da reflexão sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Teoria do Conhecimento; Método.

ABSTRACT: This paper originates itself from some questions born from the reading of a few projects of research papers in Social Sciences. More specifically, what calls the attention is the frequent argumentation about the *methodological procedures*. Because of the deficiencies present in those texts, we tried to rescue some of the points in that argumentation. In this way, we have assumed as an underlying presupposition that each of the classics knew exactly what is fundamental in the tradition of method.

KEY WORDS: Sociology, theory of knowledge, method.